



AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E MULHERES AMAZÔNICAS

Aline Gonçalves Barbosa¹;Giulia Andrich²

RESUMO

Diante da ameaça de degradação do bioma amazônico e da invisibilização histórica em que as mulheres residentes da região se encontram, o presente estudo visa analisar dois exemplos de protagonismo feminino, ligados à agricultura familiar e ao extrativismo. A análise é baseada na coleta de relatos, observação participante, processos de extensão rural e revisão bibliográfica. Em ambos foi possível constatar a expressiva contribuição das mulheres para a soberania alimentar e para a conservação da biodiversidade amazônica. Como entrave, constatou-se a necessidade do desenvolvimento de ferramentas para auxiliar no fortalecimento e articulação do trabalho dessas mulheres, neste sentido, a agroecologia se apresenta como uma base importante para a construção de novas realidades.

Palavras-chave: agricultura familiar; biodiversidade; extrativismo; gênero

¹ Universidade Estadual Paulista.

² IMAFLORA

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal é uma área que abrange alguns Estados Brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e, parcialmente, Maranhão, somando cerca de 60% do território nacional. Na região há cerca de 12 milhões de mulheres de grupos étnicos distintos, sendo elas; mestiças, negras, indígenas, ribeirinhas e extrativistas, residentes do meio rural ou urbano (CHAVES; CEZAR, 2019). Historicamente esses grupos de mulheres vivem um alto grau de vulnerabilidade, principalmente decorrente do processo de colonização ao qual foram submetidas. Ao longo do trabalho, serão discutidos os caminhos de dois conjuntos de mulheres, inseridas em contextos distintos na Amazônica e os caminhos que tomaram diante das dificuldades para sobrevivência e afirmação do seu papel social na região.

Costa (2000) discute que o empoderamento pode ser definido como um mecanismo o qual os atores sociais tomam controle dos seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Segundo a autora, para que o empoderamento ocorra em todos os níveis, deve compreender os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos.

Neste contexto, o processo de colonização da Amazônia é um fator determinante para a dinâmica de gênero instituída hoje, desde as invasões europeias no século XVI, homens e mulheres foram submetidos a diversos tipos de violências. Chaves e Cezar (2019) apontam que nos processos colonizadores, a Amazônia era considerada uma terra sem dono, ou seja, sem cultura e sem identidade. Essa visão contribuiu muito para a invisibilização dos modos de vida locais, muito diversos e heterogêneos em organização e relação com a floresta, e dando espaço para modelos de semi escravidão e escravidão na região, que perduraram por décadas.

Chaves e Cezar (2019) ressaltam que o histórico de exploração e invisibilização da mulher amazônica ocorre desde as primeiras colonizações e ciclos da borracha até o processo de globalização e capitalização ocorridos nos séculos XX, quando a extração de madeira e o crescimento da pecuária redesenham a paisagem e a vida na Amazônia. Os autores apontam em seus estudos a ausência de registros sobre o modo de vida das mulheres durante os processos históricos, mas que os poucos existentes as registram como mantenedoras de processos básicos da vida, como a agricultura.

A região amazônica ainda é vista como “uma grande periferia isolada dos centros econômicos”, pensamento consequente da colonização de base exploratória e é majoritariamente lembrada como uma imensa fonte fornecedora de matéria prima (MIRANDA E BARROSO, 2020). No trabalho “Gênero e Desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas do Pará e Tocantins”, Miranda e Barroso (2020) discutem

que as mulheres, dentro de um contexto de inferioridade, enfrentam ainda mais problemas para acessar políticas públicas, principalmente quando distribuídas no interior dos estados. O que remete as mulheres de São Félix do Xingu e da Reserva de Cazumbá-Iracema, que serão analisadas no decorrer do trabalho, isso se dá, segundo a autora, pelas limitações estruturais e orçamentárias para o pleno funcionamento das políticas.

Neste cenário, surge a discussão sobre a contribuição das mulheres para o fortalecimento da Soberania Alimentar na Amazônia. Diferentemente do conceito clássico de soberania, ligado fundamentalmente a territórios e dinâmicas de poder sobre o mesmo, o conceito de Soberania Alimentar agrega a ideia do protagonismo dos povos, não só na questão alimentar em si, mas também no desenvolvimento dos indivíduos com qualidade de vida e poder de decisão sobre sua vida (SILVA et al, 2015).

Ambas realidades apresentadas estão inseridas no contexto Amazônico, mas com particularidades muito distintas uma da outra. A presente análise visou estreitar os pontos comuns entre a realidade das mulheres nos dois locais e apontar a agroecologia como ferramenta potencializadora da emancipação das mulheres e seu protagonismo. O estudo justifica-se pela necessidade do fortalecimento dessas mulheres e a criação de caminhos para que as mesmas possam desenvolver atividades econômicas e emancipatórias em conjunto com a conservação dos recursos naturais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

São Félix do Xingu é um município situado no sudoeste do estado do Pará, no bioma amazônico e cortado pelo rio Xingu, é nacionalmente conhecido pelo seu alto nível de desmatamento e produção extensiva de bovinos. Segundo os últimos dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), de agosto de 2020, o estado do Pará foi o que mais desmatou no período de 2019/2020, tendo o município como o terceiro no ranking do Brasil e o maior na quantidade de bovinos (FONSECA et al, 2020). Ainda segundo o estudo do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), iniciativa do Observatório do Clima (OC), o município é o maior emissor de Gás carbônico do mundo, principalmente em decorrência dessas práticas de alto impacto ambiental (IMAFLOA, 2021).

A Reserva Extrativista Cazumbá - Iracema é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e está localizada no município de Sena Madureira, no Estado do Acre. A região é cortada pelos rios do Rio Purus, Caeté e Macauã e abriga um mosaico de Unidades de Conservação. Estudos recentes na área observaram taxas pequenas de desmatamento, localizadas ao redor dos rios, ou

seja, próximo a locação dos moradores. Já no interior das áreas não foi detectado avanço na retirada da floresta, o que caracteriza a área como conservada e pouco degradada, porém não exclui o risco de atividades predatórias que permeiam a região (AMARAL, 2016).

Ambos casos estudados, São Félix do Xingu-PA e a Reserva Extrativista no Acre, são marcados pelos processos de formação da sociedade amazônica, discutiremos mais especificamente os fluxos migratórios mais recentes. Primeiramente ocorrido no século XIX, motivado pelo ciclo da borracha, em que a mão de obra era majoritariamente masculina e as mulheres nativas e as poucas imigrantes não eram ao menos contabilizadas como população residente na Amazônia (CHAVES; CEZAR, 2019).

No século XX, a região é novamente transformada por um novo ciclo da borracha, em que novamente é criado um grande fluxo migratório do Nordeste para o norte do país. Neste momento, as mulheres migram junto com suas famílias e passam a exercer um papel mais visível na vida amazônica. Após este período o ciclo da borracha é interrompido, e neste processo, as mulheres amazônicas passam a desenvolver novas atividades, como roçados, e seu papel social é fortalecido (CHAVES; CEZAR, 2019). Woolf (2001) discute sobre a valorização dos recursos florestais a partir da queda da borracha, ressaltando a diversificação da economia local, o que deu espaço para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, dando espaço para ação de atores que não estavam completamente inseridos na dinâmica da borracha, como as mulheres.

Woolf (1997) aponta que apenas menos de 25% da população era feminina nos seringais. Em muitas sua presença era até proibida (WOOLF, 2001), a autora discute que nesse período a violência contra a mulher nos seringais era aceita pelo Estado, com a justificativa da defesa da honra do homem. Na cultura do seringal as mulheres eram vistas como mercadoria, podendo ser traficadas, vendidas, encomendadas, pegadas nas matas se fossem indígenas, ou roubadas. No seringal, estavam à mercê do domínio dos homens, sem não poder traçar os rumos de sua própria história. (CHAVES; CEZAR, p. 12, 2019)

No Seringal Iracema, local que daria lugar a Reserva Extrativista Cazumbá - Iracema, as mulheres relataram participar das atividades de corte da seringa e caça, além do cuidado da família, exercendo jornada dupla. Quando ocorre a queda da seringa, as mulheres da Resex passam a desenvolver a prática do roçado e o feitiço de produtos da mandioca, como a farinha, e uso diversificado dos recursos da floresta. Há relatos em que trabalhavam como diaristas nos roçados vizinhos para sustentar a família (BARBOSA et al, 2020).

Esse momento histórico foi marcante para construção do espaço das mulheres da Resex, tendo em vista que ao assumirem um papel econômico e de manutenção das suas famílias, construiu-se um canal para comunicação e valorização da mesma. Entre os anos de 2005 e 2007 a área foi oficialmente transformada em Reserva Extrativista e as famílias passaram a viver em

comunidades, próximas umas das outras. A partir de então e diante da legislação direcionada a uma Resex, as atividades de roçado e extrativismo cresceram, de forma a incentivar o uso da biodiversidade (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA, 2007).

Mais recentemente outros processos marcaram a dinâmica da vida amazônica, como a capitalização da região; criando grandes centros e expandindo as atividades madeireiras e agropecuárias na região (CHAVES; CEZAR, 2019). Esse momento afetou a região de São Félix do Xingu.

A ocupação de São Félix do Xingu deu-se através de diversos ciclos exploratórios, sendo o mais recente, os cultivos em forma de monocultura e a pecuária extensiva. As práticas econômicas no município atraíram pessoas das mais diferentes regiões do país. Esse alto fluxo migratório resultou em uma ocupação expressiva e resultou em alta degradação e diversos conflitos de terra, o que promove uma grande vulnerabilidade aos agricultores familiares e principalmente as mulheres e atrasa o processo de desenvolvimento e soberania alimentar (Silva, 2014).

Diante aos dados preocupantes do município, a agricultura familiar é uma contrapartida para a estruturação de cadeias produtivas dos pequenos produtores, manutenção da sócio biodiversidade e recuperação e conservação ambiental do bioma amazônico. Assim, durante a última década, a crescente produção de cacau na região resultou no fortalecimento de empreendimentos coletivos provenientes da agricultura familiar, dessa forma, os técnicos da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (ADAFAX) reconheceram a possibilidade de organizar um grupo de mulheres para a produção de polpas de frutas, oriundas majoritariamente do excedente de seus quintais.

A Associação de Mulheres Produtoras de Polpa de Frutas iniciou suas atividades oficialmente em 2012, comercializando principalmente para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para assim, obter uma fonte de renda extra familiar. Com o engrenar da produção de polpas de frutas, a diversificação do plantio foi necessária para atender a demanda do mercado consumidor regional, dessa forma, projetos foram elaborados em parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) para a implementação de Sistemas Agroflorestais, prática que visa a produção atrelada à conservação e recuperação ambiental.

As propriedades apresentavam baixa diversidade de produção, principalmente para subsistência, percebeu-se assim, que apenas o estabelecimento de Sistemas agroflorestais de frutas não eram o suficiente para garantir a soberania alimentar e conseqüentemente a permanência no campo. O crescente estabelecimento dos sistemas agroflorestais entre os agricultores familiares despertou a sociabilização das práticas agroecológicas, que muito já se

praticava, mas pouco se falava. Para intensificar as práticas agroecológicas e fortalecer o grupo, hortas foram implementadas, buscas por diversificação de insumos utilizados, dando preferência aos orgânicos e biodinâmicos, oficinas de gestão de resíduos e da propriedade foram realizados e foi possível reconhecer e encorajar o empoderamento feminino no campo. Como consequência desse movimento, a articulação do grupo “Comunidade que Sustenta Agricultura” (CSA), movimento social que promove a interação entre campo e cidade através da venda de alimentos, internaliza entre os agricultores da necessidade do consumo de alimentos de qualidade e acessíveis a todos, para assim, garantir a soberania alimentar coletiva.

Na Reserva Extrativista Cazumbá - Iracema, a alimentação é baseada na agricultura de subsistência e extrativismo, com complemento da caça, pesca, ovos e leite. Os produtos agrícolas são cultivados seguindo a sazonalidade da região, com hortaliças e legumes durante uma parte do ano e milho, arroz, mandioca e feijão em outra. Algumas famílias vendem o excedente de sua produção, mas não há uma organização coletiva para isso, o processo é feito autônomo em cada família. Mesmo com o cultivo e a disponibilidade de alimentos, há um alto consumo de produtos industrializados na comunidade (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA, 2007)

O processo de valorização social e inserção econômica local das mulheres nos dois casos ocorreu de forma distinta. O fortalecimento feminino no grupo de São Félix do Xingu foi intensificado a partir da mobilização e formalização da Associação, sendo uma ferramenta importante para a construção coletiva. Inicialmente a maior demanda do grupo foi a possibilidade de renda extra, porém, ao longo do tempo, reconheceu-se a importância individual, através do coletivo, da autonomia, construção da auto-imagem e confiança positiva.

Já na Resex Cazumbá - Iracema, o processo se deu diante dos fatos históricos ocorridos na região e a tomada de protagonismo no processo de criação da reserva, em que os homens cuidaram dos processos burocráticos e as mulheres mantiveram as atividades básicas para manutenção da vida e família. De acordo com Barbosa et al (2020) atualmente sua ação se dá de forma autônoma dentro dos núcleos familiares, atuando no roçado, feitiço da farinha de mandioca e coleta da castanha, algumas tem seu pequeno comércio local, costuram ou cozinham para venda na própria comunidade. Coletivamente atuam na gestão da coleta e beneficiamento do açaí, gestão escolar e artesanato com látex da seringueira. É importante destacar que na comunidade as mulheres possuem um papel de liderança em diversas atividades e processos de tomada de decisão, dialogando com a gestão da unidade e internamente com os moradores.

A participação masculina se mostrou presente nas duas situações, o qual desempenha um papel importante e complementar. A relação com os homens é definida pelas mulheres de São Félix do Xingu como de companheirismo e compartilhamento de decisões e ações dentro da propriedade, o que dentro dessa realidade analisada auxilia na construção dos vínculos de

confiança e cooperação no trabalho e vida pessoal dessas mulheres. Tanto em São Félix do Xingu quanto na Resex Cazumbá, foi observado que o conceito de coletivo faz parte da vida das mulheres, é algo presente no cotidiano, tanto para a relação familiar, quanto para a relação comunitária.

No decorrer da construção da Associação de Mulheres Produtoras de Polpa de Frutas (AMMPF) observou-se uma maior participação comunitária das mulheres. A organização em forma de empreendimento coletivo fortalece o processo de autonomia individual no coletivo, as mulheres comumente se reconhecem umas nas outras e dessa forma garante a prosperidade feminina e comunitária. Elas passaram a ter maior visibilidade e conseqüentemente mais vozes nos espaços que ocupam. As práticas agrícolas e de gestão promovidas através da Associação propiciam maior autonomia financeira e conseqüentemente maior empoderamento, correspondendo aos cinco níveis de igualdade do empoderamento.

No caso apresentado da Reserva Cazumbá-Iracema, elas têm o conhecimento e o fortalecimento da soberania alimentar, mas não há atuação e mobilização baseada oficialmente na agroecologia. Não há, por exemplo, a organização dessas mulheres como entidade, sua atuação se dá de forma autônoma e portanto não assegura um projeto coletivo dessas mulheres.

Os grupos de mulheres, tanto da Associação quanto da Reserva, reconhecem a necessidade da soberania alimentar, porém muitas vezes não encontram os melhores caminhos para que isso se torne possível e acessível. Isso se dá, muitas vezes, pela falta de informação, acesso às políticas públicas e entraves para o fortalecimento do empoderamento feminino. Segundo Miranda e Barroso (2020) o acesso a políticas públicas que visam o desenvolvimento local e que garantam qualidade de vida aos principais atores, respeitando as comunidades tradicionais, é pouco acessado. As políticas públicas da região visam uma esfera federal, excluindo muitas vezes as particularidades da região.

Segundo Miranda e Barroso (2020) a falta de investimentos e políticas públicas na região amazônica é sentida majoritariamente pelas mulheres, principalmente nos parâmetros de desemprego, acesso à educação e presença em cargos de decisão. A falta de representatividade nos espaços coletivos e a repressão causada pelo patriarcado intensifica processos de exploração e eleva os índices de violência e feminicídio. Dessa forma, as políticas públicas devem ser implementadas em primeiro momento a nível municipal, para assim, atingir o maior número de mulheres. Exemplos satisfatórios do acesso às políticas públicas são percebidos quando a mulher passa a ter maior qualidade de vida através dos sistemas públicos de saúde, educação para a geração de renda própria ou até mesmo a segurança ao denunciar violências domésticas.

O território amazônico é a união de uma vasta diversidade cultural, social e política, dessa

forma é necessário é importante existir políticas públicas capazes de enaltecer a importância das mulheres na construção do desenvolvimento. Algumas das políticas públicas que foram criadas em prol das mulheres são: Fóruns Estaduais Permanentes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Mas ainda há um longo caminho a ser seguido para tornar acessível todas as formas de políticas públicas (MIRANDA; BARROSO, 2020).

É possível perceber a dificuldade de estruturação das cadeias biodiversas pela ausência de um mercado que absorva o tipo de produto ofertado e que contemple a capacidade produtiva das mulheres, tendo em vista que mesmo ainda estão submetidas a estrutura social em que desempenham o papel do cuidado do lar e família, exercendo jornada dupla ou tripla.

Considerando a formação social e coletiva de São Félix do Xingu, mesmo mais degradada ambientalmente e com a soberania mais ameaçada, a organização das mulheres é mais estruturada e consolidada, abrindo caminhos para intervenções. Já na Reserva Cazumbá Iracema, mesmo no contexto do ambiente conservado, a ausência da organização coletiva torna o protagonismo "frágil", dificultando intervenções, pois a atuação se dá individualmente e localizada nos núcleos de família.

A respeito do empoderamento das mulheres, Costa discute sobre parâmetros utilizados, sendo eles: construção de uma autoimagem e confiança positiva; desenvolvimento de habilidades para pensar criticamente; construção da coesão do grupo; promoção da tomada de decisões e ação. Esse processo de avanço se dá em cinco níveis de igualdade: bem estar, acesso aos recursos, conscientização, participação e controle. Nos casos analisados foi possível perceber que ambos estão em processo de construção desse empoderamento.

3. CONCLUSÃO

Diante das análises, pode ser constatado, o fortalecimento comunitário como ponto fundamental para o empoderamento das mulheres como coletivo no contexto rural Amazônico. A agroecologia se apresenta como a ferramenta que permite ações alternativas às atividades econômicas de base exploratórias que são tão presentes na Amazônia.

A agroecologia como ferramenta interdisciplinar, permite utilizá-la como base de ação em contextos distintos, apenas adaptando-a às demandas locais. Neste caso, como base para o fortalecimento da soberania no contexto amazônico em um ambiente com alta biodiversidade, mas grande ameaça de degradação ambiental e cultural local. Assim, a agroecologia através de metodologias de grupo, coletivização de experiências, economia solidária, protocolos de manejo e visão sistêmica na ação, permite que exista a integração da complexidade existente no ambiente natural e social.

A agroecologia aparece como resgate da complexidade na sociobiodiversidade. É capaz

de integrar formas produtivas à conservação da floresta, vista dessa forma, tanto no nível de agricultura familiar, quanto no extrativismo, sendo assim, uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, principalmente a nível local. Nos casos estudados, a agroecologia é discutida em níveis distintos, mas estão presentes na vida comunitária, mesmo que não apareça com essa nomenclatura.

É possível apontar a ausência de políticas públicas, ações de órgãos públicos e assistência técnica como fatores que dificultam o processo de permanência no campo de forma sustentável e economicamente viável, tanto no modelo de agricultura familiar quanto no extrativismo, por isso também a discussão a nível político e global se faz necessária.

Diante dos fatos históricos apresentados fica evidente que a cultura patriarcal é presente no contexto atual, influenciando nos modos de vida. Porém, também foi observado que o núcleo familiar é a base estrutural da vida na região, sendo assim, os homens muitas vezes estão presentes no processo de tomada de decisão das mulheres, partilhando decisões e conhecimentos. E para que essa relação empodere e não silencie as mulheres, o fortalecimento da sua autonomia perante suas vidas tem que andar em conjunto com sua construção como agente econômica e produtiva. Não basta apenas fortalecer a cadeia produtiva, mas sim, dialogar com as opressões, dificuldades e potencialidades que permeiam essas mulheres.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Edson. **EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO EM UM MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA – ACRE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA GESTÃO**. Orientador: Dr. Irving Foster Brown. 2016. 63 p. Dissertação (Mestre em Gestão de áreas protegidas) - INSTITUTO DE PESQUISAS AMAZÔNICAS, Manaus, 2016. Disponível em: https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/12907/1/tese_inpa.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

BARBOSA, Aline Gonçalves, et al. Etnografia: Mulheres da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. **Cadernos de Agroecologia**, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: http://cadernos.abaagroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/5519/3206?fbclid=IwAR0xj6SI3FuOUP_7ekLSuXDLhS4LVIIpNoN3P6VoNA1qgVAoODUNVt-iJ0g. Acesso em: 1 mar. 2021.

CHAVES, Fabiana Nogueira; CÉSAR, Maria Rita de Assis. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira. **Extraprensa: Cultura e comunicação na América Latina**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138-159, jan./jun. 2019.

COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres. **Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião: Textos de Apoio**, [s. l.], p. 35-

SILVA, Lourdes Helena. **Educação do campo, alternância e reforma agrária: 10 anos do grupo ECARA na UFV**. apoio: FAPEMIG. Barbacena, Minas Gerais, 2014.

FONSECA, A. et al. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal** (setembro de 2020) SAD (p. 1), 2020. Belém: Imazon.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Gênero e desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 39-60, 1 maio 2020.

IMAFLORA. **Município paraense é o maior emissor de gases de efeito estufa no Brasil**. SEEG, [S. l.], p. 1-1, 17 mar. 2021.

IMAFLORA. **Florestas de Valor: a bioeconomia que gera renda e mantém a floresta em pé**. Florestas de Valor, [S. l.], p. 1-1, 20 set. 2019.

SILVA, Paulo Renato da, et al. Lutas, Experiências e Debates na América Latina. **Jornadas Internacionais de Problemas LatinoAmericanos**, IV, Foz de Iguaçu, p. 813-816, 2015.

IMAFLORA. **Mulheres do campo criam associação para comercializar polpa de fruta**. **Mulheres**, [S. l.], p. 1-1, 5 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA (Acre). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá Iracema. 2007. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema**, Sena Madureira - AC, 2007. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs_unidades-coservacao/resex_cazumba-iracema.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe, A construção da sustentabilidade nos seringais em crise: uma questão de gênero. Alto Juruá, Acre/Brasil: 1912 a 1943. **Proj. História**, São Paulo, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre (1870-1945). **Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis**.

Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 91-108, 1997.